

A opinião de Vasco Pulido Valente.

OS ALEMÃES E A EUROPA

Pedem-me para escrever sobre o futuro da Alemanha e da Comunidade Europeia. Mas põe-se uma dificuldade inicial, que atormentou toda a gente a quem alguma vez foi feita a mesma encomenda: não existe Alemanha, existem alemães. Por outras palavras, nunca os alemães se reuniram sob um único Estado ou tiveram uma história política comum. Nem uma história política, nem uma história cultural, nem sequer uma história religiosa. Todos os outros países europeus acabaram protestantes com uma pequena minoria católica, ou católicos com uma pequenissima minoria protestante. Entre os alemães, católicos e protestantes quase se equilibram.

Reconheço que as divisões religiosas são hoje menos importantes do que eram no século XVI ou mesmo no século XIX. Só que neste caso simbolizam bem os violentos conflitos que sempre impediram a mítica «unidade alemã» e em geral opuseram os alemães à Europa. Convém lembrar uma trivialidade: a RFA, essa Alemanha que nós conhecemos, não é apenas a parte da Alemanha que ficou livre depois da guerra de Hitler e que a falecida RDA agora, caído o «muro», completa. Desde logo, a Alemanha unificada de hoje não inclui os alemães da Áustria e, em conjunto, a RFA e a RDA não passam do espectro da «Alemanha histórica», o que quer que se entenda por essa ambígua expressão.

Se se definir «Alemanha histórica» como o espaço que os alemães historicamente (punhamos nos últimos duzentos anos) ocuparam, dominaram ou, pelo menos, tutelaram, ela ia da Alsácia e da Lorena à foz do Danúbio, da Bósnia-Herzegovina aos Estados Bálticos e da Lombardia à Polónia. Até ao II Reich de Bismarck, para não falar do Império dos Habsburgos, chegava a leste à Lituânia e a oeste à fronteira france-

sa, engolindo pelo meio um bom bocado do actual território polaco (o ducado de Posen). A RFA, a Alemanha Ocidental, o pilar da CEE, reduz-se, peço desculpa pela redundância, à Alemanha do Ocidente: ou seja, àquela Alemanha que, sem eslavos à porta e protegida deles pela Prússia e pelos Habsburgos, mais sofreu a influência da Inglaterra e da França e que, portanto, veio a pertencer à cultura e a partilhar os valores políticos, primeiro, do liberalismo e, a seguir, das grandes democracias modernas. Essa Alemanha, cortada do leste pelo «muro» do comunismo e com a sua segurança garantida pelos Estados Unidos (como antes pelos Habsburgos e pela Prússia) não sentiu (como não existia razão para que sentisse) qualquer dificuldade em se acomodar ao convívio da «comunidade europeia». De certa maneira, já antes lhe pertencia e ela era o seu manifesto destino.

Havia, porém, uma segunda Alemanha, ou melhor, um segundo «povo» alemão. O «povo» alemão cuja face não estava voltada para o Ocidente mas para Oriente e cujos vizinhos (a partir de 1815) não ofereciam a confiança de potências em declínio, como a França, ou de potências mundiais, no fundo desinteressadas da Europa, como o Império Britânico. Os alemães do Ocidente podiam contar com o pacifismo e com a estabilidade das nações que os rodeavam (apesar da «révanche» prometida pelos franceses após 1871, de resto, uma simples figura de retórica). Os alemães do Oriente não podiam: tinham de se manter contra o cerco eslavo que, de todos os lados, à volta deles se apertava, na Prússia Oriental como em algumas províncias alpinas, na Bósnia como na Boémia. Os alemães do Ocidente, ricos e tranquilos, proclamavam-se genuinamente criaturas civilizadas, amantes de ideias e defensores da tolerância, inimigos íntimos da lógica do «sangue e do aço». Os alemães do Orien-

te, pobres e ameaçados, subsistiam pelo «sangue e pelo aço». A vida de uns, comerciantes e cosmopolitas, exigia a santidade dos contratos e presumia a igualdade dos homens: e, além disso, autorizava o lazer, o amor da arte, a sofisticação e um alto grau de irrealismo e de incompetência. A vida dos outros, que extraíam umas miseráveis patacas das terras arenosas da Prússia Oriental, à custa de contas implacáveis e da escravidão dos polacos, assentava no trabalho dedicado e constante, numa fanática eficácia e no desprezo pelas «raças inferiores», que eles de facto exploravam e oprimiam.

Na ressaca da I Guerra

sem contacto com o mundo que a circunda. Mas nenhuma nação cresceu e se desenvolveu como a nação alemã por imperativo do mundo que a circundava. A morte da RFA e do comunismo (que fazia da RDA um «Estado» inerte) ressuscita, por isso, uma realidade terrível que a Europa já esquecerá e que, hoje, como quem assobia no escuro, se recusa obstinadamente a relembrar: a realidade das relações directas, sem guardas ou tutores, entre o povo alemão livre e o oceano eslavo que, a leste, o inquieta e comprime.

O Chanceler Kohl, contra a vontade unânime da CEE, impôs o reconhecimento da Croácia e da

tirando o horror pela carnificina, não interessa nada que sérvios e croatas persistam em se matar, de acordo com antiquíssimos costumes e a sua intrínseca selvajaria. Para os alemães, pelo contrário, trata-se de uma questão vital. Devemos perceber porquê.

2.

Os alemães entraram no mundo moderno por obra e graça de estrangeiros e ditadores indígenas. Napoleão (na realidade Talleyrand) reduziu o universo «feudal» dos 300 Estados e cidades livres para cerca de 50 Estados e neles introduziu a uniformidade administrativa e legal da revolução francesa e constituições «liberais» de modelo bonapartista. Bismarck estabeleceu no II Reich o regime jurídico indispensável ao mercado capitalista; e criou depois, majestaticamente, a melhor segurança social da Europa contra o socialismo. Em Viena, durante dez anos de poder absoluto (1849-1859), Bach unificou, centralizou e racionalizou o Império, tanto quanto as circunstâncias o permitiam e, apesar de «reações» posteriores, a sua obra durou até 1918.

Note-se o reverso desta patética história. As classes médias alemãs nunca obtiveram coisa alguma pela sua própria força e acção. Outorgaram-lhes (é a palavra exacta) uns tantos direitos civis, a benefício do desenvolvimento económico (em que, por sua vez, assentava a eficácia militar); e também umas tantas liberdades políticas (liberdades de associação, de reunião, de expressão). Mas, como meros recipientes de favores alheios, as classes médias e, mais tarde, «as classes trabalhadoras» alemãs jamais chegaram ao poder político. A misericórdia dos Habsburgos e dos Hohenzollerns não ia tão longe. Apesar do sufrágio universal (na Áustria-Hun-

gria invariavelmente uma farsa), Guilherme II e Francisco José ainda em 1914 conservavam a direcção efectiva dos seus impérios através de um Chanceler irresponsável perante o parlamento e do chefe do Estado-Maior do Exército, apenas responsável perante eles.

Em 1848, as classes médias alemãs falharam também na tarefa crucial de unificar os alemães, que na prática devolveram à Prússia e a Bismarck. Sucede que Bismarck não unificou os alemães. Limitou-se a juntar num mesmo Estado os alemães (e os polacos), que viviam fora das fronteiras dos Habsburgos. Esta «pequena Alemanha» (por oposição à «Grande Alemanha» de todos os alemães, em que a Áustria seria fatalmente hegemónica) foi feita em duas guerras pelo «sangue e pelo aço», sob os auspícios aristocratas da Prússia, os «junkers», que não eram proprietários absentes e cortesãos, mas, como se disse, empresários capitalistas (num solo pobre) e patrões de um proletariado agrícola, crescentemente polaco (porque os polacos ganhavam menos).

Os «junkers» transformaram-se na classe dominante da Pequena Alemanha (que, de resto, não estimavam) e nos oficiais do seu formidável exército. Sem surpresa, trouxeram com eles a eficácia, a brutalidade e o zelo a que os obrigava a sobrevivência económica nas suas terras. O II Reich teve, assim, duas faces. A face dos «junkers» e, depois, dos financeiros e dos industriais do Ruhr, que assimilaram a cultura «junkers»; e a face mais amável dos «Estados» renanos e das cidades comerciais do Ocidente. Só que a face oficial, a face política, do Imperador ao último tenente, era a face da Prússia.

Isto tornou inevitáveis os desastres do futuro. Em primeiro lugar, porque os «junkers» fizeram da «pequena Alemanha» uma grande Prússia, ou seja,

Dantes, a Alemanha tinha de apaziguar

(ou destruir) o Ocidente para

estabelecer a sua hegemonia sobre os eslavos.

Em 1992, as circunstâncias autorizaram-na

a alistar o Ocidente nessa obra de conquista

económica e política. O Ocidente está morto

por isso: e talvez morra disso.

Mundial e, principalmente, na ressaca da II, muito se dissertou sobre alemães «bons» e «maus» e sobre a impossibilidade ontológica de admitir que Goethe e Goebbels haviam nascido da mesma cepa. Nada de mais absurdo. Qualquer que fosse a sua prosaica origem (nos dois casos ocidental), Goethe e Goebbels não haviam nascido da mesma cepa. Os alemães eram (e permanecem) «o povo do meio» e o seu «carácter» era, e continuará a ser, determinado pela gente que os espreita por detrás do «muro», através desse muro o meio de Berlim ou, no século XIX, o meio de Praga, a bacia do Reno, os Balcãs ou os pântanos da Prússia Oriental. Nenhuma nação cresce e se desenvolve

Eslovénia. Na semana passada, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Klaus Kinkel, insistiu em declarar perante James Baker que «o problema jugoslavo» era um problema «europeu». O peso deste intransigente postulado reside no pormenor dispiciendo de que, por muito que se estique a lógica e a benevolência, o «problema jugoslavo» não é um problema «europeu», é um problema alemão - e um pouco italiano, grego e francês (francês: por puros e manifestamente insensatos motivos de prestígio) - em que os alemães querem com má fé, e à má cara, envolver a Europa. A Portugal, à Inglaterra, à Irlanda, à Espanha, à Bélgica, à Holanda e à Dinamarca,

um Estado militarista, autoritário e agressivo. Em segundo lugar, porque, os «junkers», e apenas eles, partilhavam com os alemães (e os húngaros) do Império Habsburgo, a obsessão eslava: o medo e o desprezo pelos milhões de eslavos que de leste estendiam sobre eles a sua enorme sombra. O «perigo eslavo» impunha e justificava o militarismo. O militarismo sentia-se imposto e justificado pelo «perigo eslavo». Ambos excluía, por natureza, qualquer espécie de regime democrático. Para se alondorar às decências da democracia, a Alemanha precisou da ocupação estrangeira: entre 1923 e 1929, da ocupação francesa do Ruhr e de 1945 para cá (na RDA, a partir de 1989), da ocupação dos ingleses e dos americanos. Entregues aos seus particulares interesses e pendores, não se sabe ainda como os alemães da «Pequena Alemanha» se comportariam. E a perene presença eslava não autoriza profecias. Para não mencionar os alemães da Áustria, que nem o «republicanismo» parlamentar de 1919 aguentaram e que, no fim do século XX, elegeram presidente um puro «nazi».

3.

Menos pelos recursos naturais do que pela sua posição e organização, a «pequena Alemanha» e certas áreas da Áustria (a Boémia «austriaca», nomeadamente) cresceram economicamente de mais, e depressa de mais, para se conterem nos limites dos arranjos políticos europeus. Os alemães tinham de se expandir. Bismarck percebeu o carácter suicida da expansão e tentou anulá-la e pervertê-la. Tentou pervertê-la com a promessa frívola de colónias africanas (que serviu principalmente para assustar uns milhares de portugueses iletrados). E tentou anulá-la, com outra seriedade, aguentando os Habsburgos como «tampão» entre a «Pequena Alemanha» e os eslavos; e simultaneamente contendo-os por uma aliança, segundo a qual o II Reich se comprometia a defender o «status quo» no Império, mas não a subscrever aventuras externas.

Bismarck desejava, para usar a expressão da época, «gelar» o equilíbrio de 1871 que a emergência da «Pequena Alemanha» constituía. Esse equilíbrio durou, por sua mão e pela do

«austriaco» Taaffe, até ao começo da década de 1890. Para lá disso, era impossível preservá-lo. Nada de mais absurdo, para o II Reich, do que largar para uma colonização africana, deixando os eslavos à solta nas suas fronteiras. Como Bismarck, os ingleses ofereciam aos alemães Angola e Moçambique; os alemães razoavelmente sonhavam com a «Ucrânia» e Constantinopla e planeavam ligar por comboio Berlim a Bagdad. Se se resolvessem a marchar, marchariam sem dúvida para leste.

Tanto mais que, no Império dos Habsburgos, da Sérvia à Boémia, os referidos eslavos se haviam tornado na mais intratável e destruidora força centrífuga. Os checos da Boémia afirmavam os seus direitos históricos sobre o imaginário reino de S. Venceslau (século X); a Sérvia proclamava-se o Piemonte dos Balcãs. No meio, os alemães e os húngaros, as duas «raças de Estado», as «raças dos senhores» (nenhuma delas, evidentemente, eslava), oprimiam os seus servos. Budapeste encarregava-se dos croatas, dos eslovacos (e marginalmente de uns estranhos «latinos», os romenos). Viena tomava conta dos eslovenos, dos checos, dos turcos e, através da aristocracia da Galícia, dos camponeses polacos e dos «pequenos russos» ou ruténios (em latim vulgar) que, contagiados pelas falsificações históricas do tempo, se supunham agora membros de uma falsa e fantástica nação, denominada Ucrânia (substantivo russo que significa «fronteira»).

Os alemães e os seus sócios húngaros (tão pouco escrupulosos e tão arrogantes como eles) podiam prevalecer de três maneiras: ou encorajando os conflitos entre as «nações» subjugadas e dependentes (entre a Croácia e a Sérvia, por exemplo, ou entre os «ruténios» e os polacos, ou entre toda a gente e os judeus); ou levando a coisa a eito «pelo sangue e pelo aço»; ou por uma sábia dosagem destas duas meritorias técnicas. Porém, à medida que a população do Império Habsburgo se alfabetizava e urbanizava, os resultados da intriga e dos métodos suasivos diminuíram e a violência apareceu cada vez mais como a única saída.

Aqui, necessariamente, a «Pequena Alemanha» entrava em cena. Em 1879, Bismarck contava que a aliança entre Berlim e Viena garantisse os Habsburgos contra os eslavos, evitando uma guerra com a Rússia. Quarenta anos depois, a garantia dos Habsburgos contra os eslavos exigia flagrantemente uma guerra com a Rússia e a «Pequena Alemanha» conservadora e tranquila de 1897 era a potência hegemónica do continente europeu, ansiosa por se expandir. Para leste, como é óbvio. Esta explosiva combinação entre a fraqueza de Viena e o poder de Berlim produziu, como ninguém ignora, duas guerras mundiais (a segunda dirigida p-

elo «austriaco» Adolfo Hitler) e terminou com a derrota total dos alemães.

4.

Em 1945, excepto minorias insignificantes, dispersas por aqui e por ali, os alemães foram expulsos dos territórios que os eslavos reivindicavam (e mesmo dos que não reivindicavam), quando não foram pura e simplesmente mortos. Apesar desta «ajuda», porém, os eslavos do «meio», ou seja, os que habitavam entre a Alemanha e Rússia, não conseguiram transformar as suas míticas nações «históricas» em autênticas nações. Só os polacos (à sua maneira uma «raça de senhores», embora humilhada e servil) ressurgiram da catástrofe unidos e com um Estado forte. O comunismo escondeu a artificialidade e a essencial inviabilidade da Jugoslávia e da Checo-Eslováquia e

também, percebeu-se em 1990, dos arranjos que substituíram o Império dos Habsburgos e o Império dos czares, do Báltico aos Balcãs. Em 1919, criaram-se imitações da «Áustria», com sede em Praga e em Belgrado, que nada aguentava senão um poder externo (até 1939 o medo da Alemanha e, a seguir, da URSS) e que se desagregam agora, dia a dia, na confusão e na miséria. A estas absurdas construções, o fim do poder «soviético» acrescentou outras tantas (a Bielo-Rússia e a Ucrânia, antes de todas), igualmente absurdas e prometidas ao desastre.

A Alemanha e a Áustria moderna (sem aspas) assistem aos acontecimentos numa situação que repete e nega a sua velha experiência. De novo há que os alemães são em 1992, como não eram no século XIX, em 1914 ou em 1939, a única grande potência da Europa. A leste, instalou-se o caos. Do lado de cá, a Inglaterra e a França não têm os meios de uma política autónoma e menos de uma política hostil à vontade de Bona (ou de Berlim): de rivais desce-
ra-



m a mercados cativos. De novo há ainda que não existem alemães para lá das fronteiras da Alemanha e da Áustria, clamando pela sua salvação. De velho há o eterno «perigo eslavo».

Já hoje só a mais militante cegueira não vê que esse perigo determina (e determinará) em absoluto o comportamento da Alemanha. A Alemanha teme duas coisas. Desde logo, teme a reconstrução de um Estado eslavo (seja ele qual fôr), que possa no futuro constituir uma séria ameaça à sua existência ou um sério limite à sua expansão: e, por isso, fomenta as divisões (não precisa, aliás, de se esforçar muito) e trabalha para as solidificar, como aconteceu na Croácia. E teme, depois, que a anarquia do Oriente passe as suas fronteiras, especialmente sob a forma de uns milhões de imigrantes.

Em consequência, a Alemanha deseja criar à sua volta uma cadeia de Estados «tampão», obedientes, ordeiros e prósperos, que a defendam dos tumultos de leste, deixando-lhe aberto o caminho para leste. Sucede só que, no imediato, o seu poder não chega para as encomendas e que transitariamente o auxílio da CE lhe é indispensável. A Alemanha estimará, assim, com espectacular união, a CE, enquanto ela servir os seus propósitos. Mas não à custa da sua irremediável natureza de «povo do meio». Dantes, a Alemanha tinha de apaziguar (ou destruir) o Ocidente para estabelecer a sua hegemonia sobre os eslavos. Em 1992, as circunstâncias autorizam-na a alistar o Ocidente nessa obra de conquista económica e política. O Ocidente está morto por isso: e talvez morra disso.